

AO

SENHOR ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90010/2024 UASG 153173

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23034.009636/2023-20 01/ANA/2022 DO FNDE

ASSUNTO: CONTRARRAZÕES

O consórcio formado pelas empresas Movesco Ind e Com de Móveis Escolares Ltda, Forma Comércio de Produtos e Equipamentos Ltda e Plaxmetal SA-Indústria de Cadeiras Corporativas representados aqui pela empresa **Líder MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA**, estabelecida na BR 386 KM 341 N° 5876, Bom Pastor, na cidade de Lajeado/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 93.234.789/0001-26, por sua representante legal infra-assinada, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso apresentado pela empresa RGD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA expondo e requerendo o quanto segue.

DOS FATOS

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório.

Na elaboração de um processo licitatório são definidas todas as regras que norteiam o mesmo, ou seja, os itens(produtos)a serem adquiridos e os respectivos critérios a serem cumpridos pelo licitante. O edital é claro ao estabelecer a regra e, sendo lei entre as partes.

Sob esta prerrogativa a decisão tomada pelo pregoeiro e equipe só podemos dar concordância quanto a **desclassificação** pelo descumprimento ao item 7.15 do edital conforme disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do AGU, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o comprovante de Registro do fabricante do Produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei 6938 de 1981 e da Instrução Normativa IBAMA 13/2021 e normas supervenientes.

Importante ressaltar que no início da sessão pública do Pregão Eletrônico foi apresentado o Certificado de Regularidade (CR), registro nº 5067630, data da consulta 07/06/2024, CR emitido em 07/06/2024, CR válido até 07/09/2024 possui no Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras e Utilizadores de Recursos Ambientais CTF/APP apenas um código, a saber: 21-48, descrição: Consumo Industrial de madeira, de lenha e de carvão vegetal – Lei nº 12.651/2012, art. 34, conforme se observa no documento de (id 214150328).

Conforme acima descrito a Recorrida ao apresentar a documentação não comprovou estar cadastrada de forma adequada ao item (código) relacionado ao objeto licitado, ou seja, a fabricação de mobiliário.

Enfatizamos que a documentação exigida no processo, refere-se a **todo** certame, uma vez apresentada, independente de qualquer que seja o Lote(grupo) estando incorreto o documento “**desclassifica**” o proponente de todo o processo licitatório.

Logo, nenhuma ilegalidade ou abuso de poder se verifica no agir administrativo. O Pregoeiro está correto ao analisar a documentação e definindo pela DESCLASSIFICAÇÃO da empresa no certame pelo descumprimento do item 7.15 do edital, ou seja, seu registro cadastral não apresentou compatibilidade como objeto licitado.

Ademais em conhecimento ao Mandado de Segurança impetrado pela empresa RGD Indústria e Comércio Ltda obteve a decisão do órgão INDEFERINDO o pedido de liminar.

Além do entendimento da Administração Pública, esse mérito já foi enfrentado pela Justiça e ratificado pelo Tribunal.

O presente instrumento pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos, uma vez que é sabido, que o Pregoeiro, Comissão e licitante devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

A empresa deste modo está afetando o bom trâmite do procedimento licitatório trazendo recursos, cujo mérito transitou julgado, atrasando a conclusão do certame e ferindo diretamente o interesse público e os princípios de razoabilidade e celeridade.

Isto posto, a desclassificação da recorrida se deu corretamente eis que não atendeu integralmente as exigências do edital, de maneira que os argumentos trazidos nas razões recursais não podem prosperar. O edital é claro ao estabelecer a regra e, sendo lei entre as partes.

Apenas a título de salientar que nos causou estranheza, pois trata-se da próxima fase de classificação conforme edital, nas datas que se sucederam a abertura do Processo licitatório realizamos diligência junto ao sítio do Inmetro e a empresa RGD Indústria e Comércio Ltda não possuía a Certificação do Conjunto aluno CJA-07B produto, integrante do lote(grupo) G9.

E na presente data verificou-se que no mesmo endereço a referida empresa não consta na relação de empresas Certificadas.

DO PEDIDO:

Diante de todo o exposto, requer que seja NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO, mantendo-se o ato do pregoeiro que habilitou a empresa MOVESCO IND E COM DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital, e com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

Nestes termos, pede deferimento.

Lajeado/RS, 03 de setembro de 2024.

MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA
LISETE L. REITER
SÓCIA-PROPRIETÁRIA

